

REVISTA QUAESTIO IURIS

Editorial para o vol. 08-2 (2015)

A Revista Quaestio Iuris, nesse volume 08, número 02, o segundo número do ano de 2015, tem a enorme satisfação de informar a todos os seus leitores e amigos que, agora, no mês de junho de 2015, a CAPES, Fundação vinculada ao Ministério da Educação, através de sua Comissão Qualis Periódicos, **classificou a nossa Revista como A2, Direito!**

Esse é um resultado extraordinário que deixa a todos nós muito felizes e nos impõe a imensa responsabilidade de produzir uma Revista jurídica cada vez melhor para o nosso público leitor nas áreas de Filosofia do Direito, Teoria do Direito, Dogmática Jurídica, História do Direito, e Sociologia do Direito.

O QUALIS é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos periódicos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção.

No Brasil existem cerca de 915 Revistas jurídicas (dados de 2007) e destas **somente 20 Revistas jurídicas científicas** são classificadas com **Qualis A, Direito (A1 e A2)**. E uma delas agora é a nossa Revista Quaestio Iuris!

Nesse volume 08, número 02 temos a alegria de publicar o artigo *Considerations on the State* do Professor Paul Thomas, professor emérito do Departamento de Ciência Política da University of California, Berkeley e Ph.D. pela Harvard University. O Professor Paul Thomas é especializado em Marx, marxismo e teoria política. Seus livros principais são: *Karl Marx and the Anarchists* (Routledge, 1980, second edition 2010); *Alien Politics: Marxist State Theory Retrieved*, Routledge, 1994; *Rational Choice Marxism* (co-edited with Terrell Carver), Macmillan, 1994; *Culture and the State* (co-edited with David Lloyd), Routledge, 1997; and *Marxism and Scientific Socialism. From Engels to Althusser* (Routledge, 2008; Chinese language edition, Jiangsu People's Publishing House, 2010). Seus artigos sobre Marx e marxismo incluem contribuições para a *Cambridge Companion to Marx* e para o *The Socialist Register*. Ele ainda publicou amplamente artigos sobre Rousseau, outros teóricos de ciência política, filmes e estudos culturais.

Nesse artigo *Considerations on the State*, publicado nesse volume 08, número 02, de nossa Revista Quaestio Iuris, o Professor Paul Thomas considera, instigantemente, que, contemporaneamente, nos Estados Unidos não se vive mais em um Estado, mas sim em um 'Homeland' (pátria ou nação). Há uma tendência para a

tentativa de substituir a menção a Estado, substituindo-a por nação, ou associando os dois termos para expressarem o mesmo sentido. Diz ele que foram criados muitos eufemismos para Estado. Muitos governos têm interesse na centralidade do Estado, mas o termo estatista é sempre depreciativo. Então surge o anseio por desvincular a noção de Estado forte para a noção de Pátria forte ou Nação Forte. No seu entender, no caso americano, os direitos fundamentais que são a substância da democracia e que deveriam ser assegurados pelo Estado vêm sendo deixados aos caprichos do mercado e todo o investimento estatal se volta para a defesa nacional e a militarização, sob o pretexto da ampliação e defesa das fronteiras da democracia. O “Estado” americano então, para ele, revela-se como um Estado centralizado que se utiliza do manto democrático e de eufemismos para camuflar seu caráter estatista de governo.

Igualmente em relação aos números anteriormente publicados, no presente volume 08, número 02, publicamos 14 (quatorze) artigos inéditos, sendo 10 artigos de professores estrangeiros: o já citado artigo *Considerations on the State*, do Professor Paul Thomas, professor emérito do Departamento de Ciência Política da University of California; *El ombudsman militar: conflictos entre derechos ciudadanos y orden castrense en la Argentina del siglo XXI*, de Gérman Soprano, Investigador do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas – CONICET e Professor da Universidad Nacional de Quilmes e da Universidad Nacional de La Plata (Argentina). O referido artigo é parte de uma investigação histórica e etnográfica mais ampla sobre política de defesa nacional, educação e configuração profissional militar na Argentina desde 1983 até o presente. Essa pesquisa investigativa contou com o financiamento do CONICET e da Universidad Nacional de Quilmes; *Tendencias sobre el delito del proxenetismo en el marco de las regulaciones sobre el trabajo sexual: un análisis socio jurídico a partir de la visión y opinión de mujeres en situación prostitucional del Uruguay*, de Pablo Guerra, Professor e Investigador da Facultad de Derecho da Universidad de la República – Uruguay; *Municipal weakness and crime: the case of Michoacán, Mexico*, de Jerjes Aguirre Ochoa, Pesquisador da Universidad del Estado de Michoacán de San Nicolas de Hidalgo, México, desde 2003 e de Hugo Amador Herrera, Pesquisador da Universidad del Estado de Michoacán de San Nicolas de Hidalgo, México, desde 2013; *Seguridad Ciudadana: ¿Disminuir la criminalidad o la desigualdad, la marginación y la pobreza?*, de María Amelia Solórzano Peña, Doctora en Derecho pela Universidad Autónoma de Aguascalientes – México e de Ramiro Contreras Acevedo, Investigador Nacional Nivel I no Sistema Nacional de Investigadores [SNI] do Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología [CONACYT] - México; *La pervivencia de los discursos sobre la tortura ante la exigencia de su abolición definitiva*, de Emilia Bea, Professora de Filosofía del Derecho e Filosofía Política da Universidad de Valencia, España; *Reflexiones sobre las raíces jurídicas romanas del precedente "One Ship Company"*, de Guillermo Suárez Blázquez, Professor Titular de Derecho Romano e Sistemas Jurídicos Comparados da Universidad de Vigo, España e Professor Tutor do Centro Asociado de la UNED, en Ourense; *Expulsion of*

foreigners in Mexico: a commentary on the New "Administrative Procedure of Exclusion" proposed by President Enrique Peña Nieto under the Reglementary Act of Article 33 of the Constitution, de Jorge A. Vargas, Professor da University of San Diego, School of Law, United States e *Legal systems integrity*, de Mikhail Antonov, Professor de Legal Theory and Comparative Law na National Research University "Higher School of Economics", Saint Petersburg, Russia.

Publicamos também em nossa Seção Monografias um extenso estudo intitulado *Embedding free versus slave labor regulation in the transatlantic British Empire and the United States, 1835-1860*, do Professor Tony A. Freyer, Ph.D. in history pela Indiana University e University research professor na University of Alabama. Também membro do Editorial boards da Business History Review, publicada por Harvard Business School. O mencionado trabalho problematizou a perspectiva histórica da análise jurídica especificada da jurisdição, examinando o contexto internacional do desenvolvimento nacional do trabalho de regimes reguladores nos Estados Unidos e no Reino Unido, durante a imigração transatlântica e a crise abolicionista em meados do século XIX. Esse período é crítico devido à pressão desesperada que essas crises colocaram em grandes fontes de trabalho na base da hierarquia da sociedade, imigrantes pobres e escravos. A fome e a escravidão obrigaram migrações sem precedentes através das fronteiras nacionais e dentro dos países em diferentes regiões. A mobilidade das populações pôs em contato com diversas formas de governança, a partir das diferenças regionais no equilíbrio do federalismo americano, para as concorrentes identidades nacionais dos ingleses, irlandeses e canadenses componentes do Império Britânico. Como resultado, entende o professor norte-americano que as migrações transatlânticas e intercontinentais são um exemplo particularmente útil para ilustrar a importância do contexto internacional no desenvolvimento da lei, por causa dos diferentes modos como cada órgão governamental respondeu às pressões sociais. Este estudo mostrou, assim, como as múltiplas e complexas redes reguladoras intergovernamentais em matéria de mobilidade dessa força de trabalho se desenvolveram em um contexto internacional e não apenas no âmbito do desenvolvimento dos sistemas jurídicos nacionais isolados.

Ainda na Seção Monografias publicamos o texto denominado *Los principios y métodos estatales de la tributación multi-jurisdiccional*, de Richard D. Pomp, Professor da New York University (NYU) School of Law e Professor da University of Connecticut, Law School e de Jorge Rodriguez, Managing Principal Rodriguez Law Firm, PLLC, New York, NY and Washington, DC. Nessa Monografia os dois autores buscam entabular uma discussão e análise sucintas, mas compreensivas, dos diferentes métodos e princípios de gravar, a nível estatal, não somente a renda corporativa senão também os ingressos de sociedades e companhias de responsabilidade limitada que participam de transações transfronteiras e multi-jurisdicionais nos Estados Unidos.

Em nossa Seção Ensaio publicamos 06 (seis) ensaios, sendo 03 (três) ensaios de professores estrangeiros: *Poetic Justice, Legal Justice (or what poets and lawyers might have in common)*, do Professor

Michael C. Blumenthal, poeta, educador e advogado, Copenhaver Distinguished Visiting Chair, e Professor da West Virginia University, Law School. Neste ensaio o autor apresenta o seu tema principal, que é a ideia de justiça, tanto a poesia e no direito, comparando-se o papel de ambos os poetas e advogados no movimento de reforçar a moralidade na sociedade. Para analisar essa ideia, o professor usa a linguagem do mito, que tem muito em comum com ambas as atividades.

Ao contar o mito de Philoctetes, o autor introduz que ambos os poetas e os advogados têm em comum um certo anseio por justiça, e o que difere cada um é a maneira de satisfazer esse desejo. Em seguida, comparando os personagens do mito com poetas e os advogados, ele descreve as disparidades entre os dois. Então, analisando e comparando o personagem Philoctetes com o eu lírico do poema usado como um exemplo, ele mostra que o sujeito poético tende a ser um indivíduo que sofreu injustiças, sofria de solidão e angústia, e quando procurando uma melhor solução para sua dor, revela seu desejo de justiça.

O advogado, por sua vez, é alguém com um grande sentido de um trabalho a fazer, e quer fazê-lo. Mesmo que ele sinta um apego sincero aos ideais de justiça, ele não é geralmente alguém que tenha sido gravemente ferido pela injustiça. Como o tipo de artista que todos nós admiramos, ele incorpora em seu trabalho e em sua vida, algo do desejo de retificação.

Ainda na Seção Ensaios publicamos um ensaio intitulado *Novos mecanismos institucionais para a criação do Direito Constitucional* do Professor Mark Tushnet, Professor de Direito da cadeira "William Nelson Cromwell" da Faculdade de Direito de Harvard, originalmente publicado na *Harvard Public Law Working Paper* No. 15-08 (April 2, 2015), e agora traduzido para o português, tradução realizada sob supervisão e autorização do Prof. Mark Tushnet, por Thiago Filippo Silva Jorge, mestrando em Teorias Jurídicas Contemporâneas na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. No ensaio o Prof. Tushnet busca apresentar algumas inovações recentes em fazer direito constitucional, que descreve genericamente como envolvendo níveis substancialmente mais elevados de participação do público do que nos métodos tradicionais: o processo de elaboração de uma nova Constituição proposta para a Islândia, e a prática de "audiências públicas" na Suprema Corte, e também identificar algumas características destes novos métodos que possam ser de interesse para os estudiosos do direito constitucional comparado.

Na mesma Seção Ensaios publicamos igualmente um ensaio do Professor Francisco Carpintero Benítez, Professor Titular de Filosofía del Derecho da Universidad de Cádiz, España, onde o referido autor volta a debater a questão central do direito natural: discutir as pessoas e as coisas pelo plano médio do direito, uma vez que o ser humano tem direitos porque é pessoa e se há direitos humanos, esta qualidade de humanidade não deriva de construções lógico-abstratas, as pessoas não devem sua condição a raciocínios que elas mesmas fazem, não são

esses constructos teóricos que outorgam direitos, e sim, que é a qualidade de ser humano que faz com que o homem tenha direitos.

Na Seção Resenhas o público leitor poderá se deleitar com a agradável resenha do livro denominado “*Remoções no Rio de Janeiro olímpico*” de Lucas Faulhaber e Lena Azevedo, Rio de Janeiro: Mórula, 2015, 124 páginas. Trata-se de um livro que condensa a pesquisa realizada pelo arquiteto Lucas Faulhaber e pela jornalista Lena Azevedo sobre as remoções no Rio de Janeiro olímpico e que visa esquadrihar a conquista do espaço urbano na cidade e seus respectivos conflitos, aproximando duas disciplinas distintas: Direito e Arquitetura. Assim o trabalho apresenta ao leitor uma busca pelo discurso pluridisciplinar, cujos percalços são ressaltos ao longo de um trabalho dotado de boas informações empíricas. A resenha é de autoria de Bianca Tomaino, Professora Adjunta da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Doutora em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e Editora-executiva da Revista Quaestio Iuris.

Nesse número da Revista ampliamos bastante nosso corpo de nossos pareceristas/avaliadores, com a inclusão de muitos Professores, de inúmeros Estados do país e também de muitos professores estrangeiros.

Publicamos ainda, para consulta imediata dos leitores, os links dos diversos indexadores nacionais e internacionais de Revistas e periódicos onde nossa Revista Quaestio Iuris está indexada.

Agradecemos, como sempre, a todos os leitores, autores, avaliadores e colaboradores pela colaboração e confiança e pelo sempre excelente trabalho realizado, coroado agora com a nossa classificação pela CAPES/MEC como **Qualis A2, Direito**. Lembramos que as submissões para a Revista Quaestio Iuris são permanentes e devem ser realizadas pelo sistema, diretamente na página da Revista.

Boa leitura a todos!

Mauricio Mota

Editor da Revista Quaestio Iuris